

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02273/2017)**



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: https://stc.ce.gov.br/epv/validarDoc.aspx?seamCodigoDocumento:99c11b87e57d3-407b-9a4a-487048517

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	CNPJ:	17.200.778/0001-9
Endereço:	Rua Amapa nº 05	CEP:	55.420-000
Bairro:	Centro	Fax:	
Telefone:	(87) 3781-1144	Complemento:	
E-mail:	secascanhotinho@yahoo.com.br	Data início da gestão:	21/09/2017
Representante legal:	Érico Gustavo Tenório Vilaça Rodrigues		
CPF:	905.014.034-34		
Cargo:	Secretário Ação Social		
E-mail:	secascanhotinho@yahoo.com.br		

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdência do Município de Canhotinho	CNPJ:	06.035.005/0001-9
Endereço:	Rua Afonso Pena	CEP:	55420-000
Bairro:	Centro	Fax:	(087) 3781-1863
Telefone:	(087) 3781-1863	Complemento:	Diretora Presidente
E-mail:	prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br	Data início da gestão:	02/01/2017
Representante legal:	Zeneide Porto de Oliveira		
CPF:	462.210.504-72		
Cargo:	Presidente		
E-mail:	zeneide.porto@hotmail.com		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência do Município de Canhotinho é CREDOR junto ao DEVEDOR Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS da quantia de R\$ 12.118,33 (doze mil e cento e dezoito reais e trinta e três centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2015 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 12.118,33 (doze mil e cento e dezoito reais e trinta e três centavos), será pago em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.009,86 (hum mil e nove reais e oitenta e seis centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 1.009,86 (hum mil e nove reais e oitenta e seis centavos), vencerá em 10/10/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.


A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.



**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02273/2017)**

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tentado disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:
a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.
A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em novação da transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Assinam este termo na condição de interveniente-garante e responsável solidário pelos débitos ora confessados o representante legal ao qual qualificado.

Canhotinho - PE / 12/09/2017

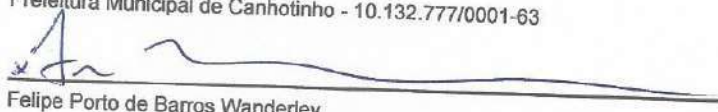

Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Érico Gustavo Tenório Vilaça Rodrigues


Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Zeneide Porto de Oliveira

INTERVENIENTE-GARANTE:

Prefeitura Municipal de Canhotinho - 10.132.777/0001-63


Felipe Porto de Barros Wanderley

Prefeito

CPF: 073.956.324-60

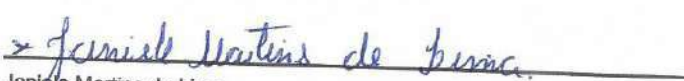
Testemunhas:


Rubens Lucas Ribeiro

Supervisor de Escola

CPF: 112.721.714-34

RG: 1298092


Janiele Martins de Lima
Diretora de Programa e Projetos Especiais
CPF: 043.094.184-65
RG: 6426917

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02273/2017)



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <http://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 99c11b87-57d3-407b-9aac-46fa8704b3f7

DECLARAÇÃO

Felipe Porto de Barros Wanderley, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02273/2017, firmado entre o/a Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho em 12/09/2017, foi publicado em ____/____/____ no

- mural
- jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____
- Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Canhotinho, ____/____/____


Felipe Porto de Barros Wanderley
Prefeito





DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.132.777/0001-63	Número do acordo: 02273/2017	Data de consolidação do Termo: 12/09/2017	
Ente: Prefeitura Municipal de Canhotinho / PE		Data de assinatura do Termo: 12/09/2017	
Título: Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários - Fundo Previdenciario - FMAS		Data de vencimento da 1ª: 10/10/2017	
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017			

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal
 Competência: Inicial: 01/2015 Final: 03/2017 Quantidade de Parcelas: 12
 Diferença apurada: 9.329,38 Diferença apurada atualizada: 12.118,33
 Valor da parcela na data de consolidação: 1.009,86

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
01/2015	451,14	1,24	18,07	81,52	31,00	165,12	9,02	706,80
02/2015	477,34	1,22	16,65	79,48	30,00	167,05	9,55	733,42
03/2015	451,14	1,32	15,13	68,26	29,00	150,63	9,02	679,05
04/2015	0,00	0,71	14,32	0,00	28,00	0,00	0,00	0,00
05/2015	451,14	0,74	13,48	60,81	27,00	138,23	9,02	659,20
06/2015	451,14	0,79	12,59	56,80	26,00	132,06	9,02	649,02
07/2015	451,14	0,62	11,90	53,69	25,00	126,21	9,02	640,06
08/2015	311,27	0,22	11,65	36,26	24,00	83,41	6,23	437,17
09/2015	311,27	0,54	11,05	34,40	23,00	79,50	6,23	431,40
10/2015	311,27	0,82	10,15	31,59	22,00	75,43	6,23	424,52
11/2015	311,27	1,01	9,05	28,17	21,00	71,28	6,23	416,95
12/2015	311,27	0,96	8,01	24,93	20,00	67,24	6,23	409,67
13/2015	363,67		8,01	29,13	20,00	78,56	7,27	478,63
01/2016	347,80	1,27	6,66	23,16	19,00	70,48	6,96	448,40
02/2016	347,80	0,90	5,70	19,82	18,00	66,17	6,96	440,75
03/2016	0,00	0,43	5,25	0,00	17,00	0,00	0,00	0,00
04/2016	347,80	0,61	4,61	16,03	16,00	58,21	6,96	429,00
05/2016	347,80	0,78	3,80	13,22	15,00	54,15	6,96	422,13
06/2016	376,96	0,35	3,44	12,97	14,00	54,59	7,54	452,06
07/2016	347,80	0,52	2,91	10,12	13,00	46,53	6,96	411,41
08/2016	0,00	0,44	2,46	0,00	12,00	0,00	0,00	0,00



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA

Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 99c11b87-57d3-407b-9aac-46fa8704b3f7



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

09/2016	347,80	0,08	2,37	8,24	11,00	39,16	6,96	402,16
10/2016	0,00	0,26	2,11	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00
11/2016	347,80	0,18	1,92	6,68	9,00	31,90	6,96	393,34
12/2016	347,80	0,30	1,62	5,63	8,00	28,27	6,96	388,66
13/2016	406,12		1,62	6,58	8,00	33,02	8,12	453,84
01/2017	370,28	0,38	1,24	4,59	7,00	26,24	7,41	408,52
02/2017	370,28	0,33	0,90	3,33	6,00	22,42	7,41	403,44
03/2017	370,28	0,25	0,65	2,41	5,00	18,63	7,41	398,73
TOTAL:	9.329,38			717,82		1.884,49	186,64	12.118,33



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA

Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 99c11b87-57d3-407b-9aac-46fa8704b3f7



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Canhotinho / PE - 10.132.777/0001-63

Representante Legal: 073.956.324-60 - Felipe Porto de Barros Wanderley

Data: / /

Assinatura:

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência do Município de Canhotinho - 06.035.005/0001-36

Representante Legal: 462.210.504-72 - Zeneide Porto de Oliveira

Data: / /

Assinatura:

TESTEMUNHAS:

Nome: Rubens Lucas Ribeiro

Cargo: Supervisor de Escola

CPF: 112.721.714-34

Nome: Janiele Martins de Lima

Cargo: Diretora de Programa e Projetos Especiais

CPF: 043.094.184-65

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02274/2017)



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://stc.ce.tec.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 99c11b87-57d3-407b-9aac-6168704b3f7

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	CNPJ:	17.200.778/0001-47
Endereço:	Rua Amapa nº 05	GEP:	55.420-000
Bairro:	Centro	Fax:	
Telefone:	(87) 3781-1114	Complemento:	
E-mail:	secascanhotinho@yahoo.com.br	Data início da gestão:	21/09/2017
Representante legal:	Érico Gustavo Tenório Vilaça Rodrigues		
CPF:	905.014.034-34		
Cargo:	Secretário Ação Social		
E-mail:	secascanhotinho@yahoo.com.br		

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdência do Município de Canhotinho	CNPJ:	06.035.005/0001-36
Endereço:	Rua Afonso Pena	CEP:	55420-000
Bairro:	Centro	Fax:	(087) 3781-1863
Telefone:	(087) 3781-1863	Complemento:	Diretora Presidente
E-mail:	prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br	Data início da gestão:	02/01/2017
Representante legal:	Zeneide Porto de Oliveira		
CPF:	462.210.504-72		
Cargo:	Presidente		
E-mail:	zeneide.porto@hotmail.com		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência do Município de Canhotinho é CREDOR junto ao DEVEDOR Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS da quantia de R\$ 10.612,69 (dez mil e seiscentos e doze reais e sessenta e nove centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Servidor do FMAS devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2015 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 10.612,69 (dez mil e seiscentos e doze reais e sessenta e nove centavos), será pago em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 884,39 (oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta e nove centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 884,39 (oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta e nove centavos), vencerá em 10/10/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº Lei Municipal nº1.630/2017 de 18 de agosto de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02274/2017)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:
a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.
A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.


Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem como foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Assinam este termo na condição de interveniente-garante e responsável solidário pelos débitos ora confessados o representante legal final qualificado.

Canhotinho - PE / 12/09/2017


Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Érico Gustavo Tenório Vilaça Rodrigues


Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Zeneide Porto de Oliveira

INTERVENIENTE-GARANTE:

Prefeitura Municipal de Canhotinho - 10.132.777/0001-63



Felipe Porto de Barros Wanderley

Prefeito

CPF: 073.956.324-60

Testemunhas:

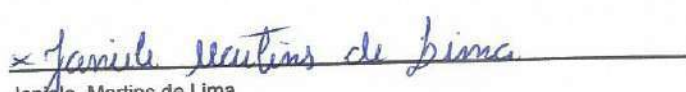


Rubens Lucas Ribeiro

supervisor Escola

CPF: 112.721.714-34

RG: 1298092



Janiele Martins de Lima

Diretora de Programa e Projeto Especiais

CPF: 043.094.184-65

RG: 6426917



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Assinado em: https://www.tcepe.gov.br/epv/validar.do?seamCodigoDocumento: 99c11b87-57d3-407b-94e-46fa8704b3f7




DECLARAÇÃO

Felipe Porto de Barros Wanderley, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02274/2017, firmado entre o/a Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho em 12/09/2017, foi publicado em ____/____/____ no

- () mural
- () jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____
- () Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Canhotinho, ____/____/____


Felipe Porto de Barros Wanderley
Prefeito

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://stece.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 99c11b87-57d3-407b-9aac-46fa8704b3f7



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.132.777/0001-63	Número do acordo: 02274/2017	Data de consolidação do Termo: 12/09/2017
Ente: Prefeitura Municipal de Canhotinho / PE		Data de assinatura do Termo: 12/09/2017
Título: Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários - FMAS		Data de vencimento da 1ª: 10/10/2017
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017		

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Servidor do FMAS

Competência: Inicial: 01/2015 Final: 03/2017 Quantidade de Parcelas: 12

Diferença apurada: 8.181,56 Diferença apurada atualizada: 10.612,69

Valor da parcela na data de consolidação: 884,39

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
01/2015	390,06	1,24	18,07	70,48	31,00	142,77	7,80	611,11
02/2015	390,06	1,22	16,65	64,95	30,00	136,50	7,80	599,31
03/2015	390,06	1,32	15,13	59,02	29,00	130,23	7,80	587,11
04/2015	0,00	0,71	14,32	0,00	28,00	0,00	0,00	0,00
05/2015	390,06	0,74	13,48	52,58	27,00	119,51	7,80	569,95
06/2015	390,06	0,79	12,59	49,11	26,00	114,18	7,80	561,15
07/2015	390,06	0,62	11,90	46,42	25,00	109,12	7,80	553,40
08/2015	281,71	0,22	11,65	32,82	24,00	75,49	5,63	395,65
09/2015	281,71	0,54	11,05	31,13	23,00	71,95	5,63	390,42
10/2015	281,71	0,82	10,15	28,59	22,00	68,27	5,63	384,20
11/2015	281,71	1,01	9,05	25,49	21,00	64,51	5,63	377,34
12/2015	281,71	0,96	8,01	22,57	20,00	60,86	5,63	370,77
13/2015	281,71		8,01	22,57	20,00	60,86	5,63	370,77
01/2016	314,60	1,27	6,66	20,95	19,00	63,75	6,29	405,59
02/2016	314,60	0,90	5,70	17,93	18,00	59,86	6,29	398,68
03/2016	0,00	0,43	5,25	0,00	17,00	0,00	0,00	0,00
04/2016	314,60	0,61	4,61	14,50	16,00	52,66	6,29	388,05
05/2016	314,60	0,78	3,80	11,95	15,00	48,98	6,29	381,82
06/2016	314,60	0,35	3,44	10,82	14,00	45,56	6,29	377,27
07/2016	314,60	0,52	2,91	9,15	13,00	42,09	6,29	372,13
08/2016	0,00	0,44	2,46	0,00	12,00	0,00	0,00	0,00

4

R

W



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA

Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 99c11b87-57d3-407b-9aac-46fa8704b3f7



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

09/2016	314,60	0,08	2,37	7,46	11,00	35,43	6,29	363,78
10/2016	0,00	0,26	2,11	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00
11/2016	314,60	0,18	1,92	6,04	9,00	28,86	6,29	355,79
12/2016	314,60	0,30	1,62	5,10	8,00	25,58	6,29	351,57
13/2016	314,60		1,62	5,10	8,00	25,58	6,29	351,57
01/2017	334,98	0,38	1,24	4,15	7,00	23,74	6,70	369,57
02/2017	334,98	0,33	0,90	3,01	6,00	20,28	6,70	364,97
03/2017	334,98	0,25	0,65	2,18	5,00	16,86	6,70	360,72
TOTAL:	8.181,56			624,07		1.643,48	163,58	10.612,69

Handwritten signatures and initials



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Canhotinho / PE - 10.132.777/0001-63
Representante Legal: 073.956.324-60 - Felipe Porto de Barros Wanderley

Data: / /

Assinatura:

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência do Município de Canhotinho - 06.035.005/0001-36
Representante Legal: 462.210.504-72 - Zeneide Porto de Oliveira

Data: / /

Assinatura:

TESTEMUNHAS:

Nome: Rubens Lucas Ribeiro

Cargo: supervisor Escola

CPF: 112.721.714-34

Nome: Janiele Martins de Lima

Cargo: Diretora de Programa e Projeto Especiais

CPF: 043.094.184-65

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02275/2017)



DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Canhotinho/PE
Endereço: Rua Dr. Afonso Pena, 228
Bairro: Centro
Telefone: (087) 3781-1144
E-mail: prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br
Representante legal: Felipe Porto de Barros Wanderley
CPF: 073.956.324-60
Cargo: Prefeito
E-mail: prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br

CNPJ: 10.132.777/0001-60
CEP: 55420-000
Fax: (087) 3781-1144

Complemento: Prefeito
Data início da gestão: 01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Endereço: Rua Afonso Pena
Bairro: Centro
Telefone: (087) 3781-1863
E-mail: prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br
Representante legal: Zeneide Porto de Oliveira
CPF: 462.210.504-72
Cargo: Presidente
E-mail: zeneide.porto@hotmail.com

CNPJ: 06.035.005/0001-40
CEP: 55420-000
Fax: (087) 3781-1863

Complemento: Diretora Presidente
Data início da gestão: 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência do Município de Canhotinho é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Canhotinho da quantia de R\$ 387.730,80 (trezentos e oitenta e sete mil e setecentos e trinta reais e oitenta centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (200 meses devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2014 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Canhotinho confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 387.730,80 (trezentos e oitenta e sete mil e setecentos e trinta reais e oitenta centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.938,65 (hum mil e novecentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 1.938,65 (hum mil e novecentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos), vencerá em 10/10/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validarDoc.seam Código do documento: 99-11887-57-d3-407-940-016870637

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02275/2017)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, haverá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017 por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em nova transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem como foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Canhotinho - PE / 10/09/2017

Prefeitura Municipal de Canhotinho
Felipe Porto de Barros Wanderley

Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Zeneide Porto de Oliveira

Testemunhas:

Rubens Lucas Ribeiro
Supervisor Escola
CPF: 112.721.714-34
RG: 1298092

Janiele Martins de Lima
Diretora de Programa e Projeto Especias
CPF: 043.094.184-65
RG: 6426917

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Assinatura: https://stc.ce.gov.br/obpp/validar_documento: 99c11b87-57d3-407b-9aac-46fa8704b3f7

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02275/2017)



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://eicce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 99c11b87-57d3-407b-9aac-46fa8704b3f7


DECLARAÇÃO

Felipe Porto de Barros Wanderley, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02275/2017, firmado entre o/a Canhotinho e o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho em 10/09/2017, foi publicado em _____/_____/_____, no

- () mural
- () jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____
- () Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Canhotinho, ____/____/____


Felipe Porto de Barros Wanderley
Prefeito







DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.132.777/0001-63	Número do acordo: 02275/2017	Data de consolidação do Termo: 10/09/2017	
Ente: Prefeitura Municipal de Canhotinho / PE		Data de assinatura do Termo: 10/09/2017	
Título: Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários - Fundo Previdenciario - PM		Data de vencimento da 1ª: 10/10/2017	
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017			

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal (200 meses)

Competência: Inicial: 01/2014 Final: 03/2017 Quantidade de Parcelas: 200

Diferença apurada: 279.292,06 Diferença apurada atualizada: 387.730,80

Valor da parcela na data de consolidação: 1.938,65

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP****3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA**

<u>COMPETÊNCIA</u>	<u>DIFERENÇA APURADA</u>	<u>ÍNDICE(%)</u>	<u>VARIAÇÃO(%)</u>	<u>ATUALIZAÇÃO</u>	<u>JUROS PERC.(%)</u>	<u>JUROS</u>	<u>MULTA</u>	<u>DIFERENÇA ATUALIZADA</u>
01/2014	6.729,28	0,55	26,50	1.783,26	43,00	3.660,39	134,59	12.307,52
02/2014	6.084,57	0,69	25,64	1.560,08	42,00	3.210,75	121,69	10.977,09
03/2014	6.059,50	0,92	24,49	1.483,97	41,00	3.092,82	121,19	10.757,48
04/2014	0,00	0,67	23,66	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00
05/2014	6.274,91	0,46	23,10	1.449,50	39,00	3.012,52	125,50	10.862,43
06/2014	6.195,77	0,40	22,60	1.400,24	38,00	2.886,48	123,92	10.606,41
07/2014	0,00	0,01	22,59	0,00	37,00	0,00	0,00	0,00
08/2014	6.108,51	0,25	22,29	1.361,59	36,00	2.689,24	122,17	10.281,51
09/2014	6.152,99	0,57	21,59	1.328,43	35,00	2.618,50	123,06	10.222,98
10/2014	5.917,29	0,42	21,09	1.247,96	34,00	2.436,19	118,35	9.719,79
11/2014	5.306,92	0,51	20,47	1.086,33	33,00	2.109,77	106,14	8.609,16
12/2014	5.695,65	0,78	19,54	1.112,93	32,00	2.178,75	113,91	9.101,24
13/2014	14.556,54		19,54	2.844,35	32,00	5.568,28	291,13	23.260,30
01/2015	6.691,62	1,24	18,07	1.209,18	31,00	2.449,25	133,83	10.483,88
02/2015	5.505,12	1,22	16,65	916,60	30,00	1.926,52	110,10	8.458,34
03/2015	6.478,80	1,32	15,13	980,24	29,00	2.163,12	129,58	9.751,74
04/2015	6.481,30	0,71	14,32	928,12	28,00	2.074,64	129,63	9.613,69
05/2015	6.530,21	0,74	13,48	880,27	27,00	2.000,83	130,60	9.541,91
06/2015	6.701,46	0,79	12,59	843,71	26,00	1.961,74	134,03	9.640,94
07/2015	6.902,88	0,62	11,90	821,44	25,00	1.931,08	138,06	9.793,46
08/2015	6.925,43	0,22	11,65	806,81	24,00	1.855,74	138,51	9.726,49

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP**

09/2015	6.925,52	0,54	11,05	765,27	23,00	1.768,88	138,51	9.598,18
10/2015	6.736,77	0,82	10,15	683,78	22,00	1.632,52	134,74	9.187,81
11/2015	6.568,83	1,01	9,05	594,48	21,00	1.504,30	131,38	8.798,99
12/2015	6.472,27	0,96	8,01	518,43	20,00	1.398,14	129,45	8.518,29
13/2015	8.036,73		8,01	643,74	20,00	1.736,09	160,73	10.577,29
01/2016	7.313,50	1,27	6,66	487,08	19,00	1.482,11	146,27	9.428,96
02/2016	7.292,80	0,90	5,70	415,69	18,00	1.387,53	145,86	9.241,88
03/2016	7.301,30	0,43	5,25	383,32	17,00	1.306,39	146,03	9.137,04
04/2016	7.339,57	0,61	4,61	338,35	16,00	1.228,47	146,79	9.053,18
05/2016	7.335,40	0,78	3,80	278,75	15,00	1.142,12	146,71	8.902,98
06/2016	7.376,53	0,35	3,44	253,75	14,00	1.068,24	147,53	8.846,05
07/2016	7.301,56	0,52	2,91	212,48	13,00	976,83	146,03	8.636,90
08/2016	7.349,56	0,44	2,46	180,80	12,00	903,64	146,99	8.580,99
09/2016	7.307,98	0,08	2,37	173,20	11,00	822,93	146,16	8.450,27
10/2016	7.151,60	0,26	2,11	150,90	10,00	730,25	143,03	8.175,78
11/2016	7.106,19	0,18	1,92	136,44	9,00	651,84	142,12	8.036,59
12/2016	7.066,54	0,30	1,62	114,48	8,00	574,48	141,33	7.896,83
13/2016	8.482,91		1,62	137,42	8,00	689,63	169,66	9.479,62
01/2017	7.351,92	0,38	1,24	91,16	7,00	521,02	147,04	8.111,14
02/2017	7.139,07	0,33	0,90	64,25	6,00	432,20	142,78	7.778,30
03/2017	7.036,76	0,25	0,65	45,74	5,00	354,13	140,74	7.577,37
TOTAL:	279.292,06			30.714,52		72.138,35	5.585,87	387.730,80



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Canhotinho / PE - 10.132.777/0001-63

Representante Legal: 073.956.324-60 - Felipe Porto de Barros Wanderley

Data: / /

Assinatura: 

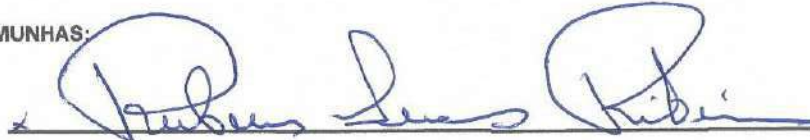
UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência do Município de Canhotinho - 06.035.005/0001-36

Representante Legal: 462.210.504-72 - Zeneide Porto de Oliveira

Data: / /

Assinatura: 

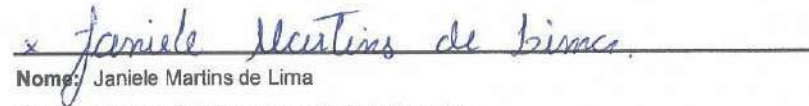
TESTEMUNHAS:



Nome: Rubens Lucas Ribeiro

Cargo: Supervisor Escola


CPF: 112.721.714-34



Nome: Janiele Martins de Lima

Cargo: Diretora de Programa e Projeto Especias

CPF: 043.094.184-65



**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 02276/2017)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho
Endereço: PC Clóvis Vidal
Bairro: Centro
Telefone: (87) 3781-1144
E-mail: salete.te.s@hotmail.com
Representante legal: Salete Maria da Silva
CPF: 044.432.114-46
Cargo: Secretária de Saúde
E-mail: salete.te.s@hotmail.com

CNPJ: 09.154.486/0001-97

CEP: 55.420-000

Fax:

Complemento:

Data início da gestão: 01/06/2016

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Endereço: Rua Afonso Pena
Bairro: Centro
Telefone: (087) 3781-1863
E-mail: prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br
Representante legal: Zeneide Porto de Oliveira
CPF: 462.210.504-72
Cargo: Presidente
E-mail: zeneide.porto@hotmail.com

CNPJ: 06.035.005/0001-36

CEP: 55420-000

Fax: (087) 3781-1863

Complemento:

Data início da gestão: Diretora Presidente
02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei Municipal n° 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência do Município de Canhotinho é CREDOR junto ao DEVEDOR Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho da quantia de R\$ 576.750,25 (quinhentos e setenta e seis mil e setecentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 02/2015 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-la na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 576.750,25 (quinhentos e setenta e seis mil e setecentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 2.883,75 (dois mil e oitocentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 2.883,75 (dois mil e oitocentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos), vencerá em 10/10/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

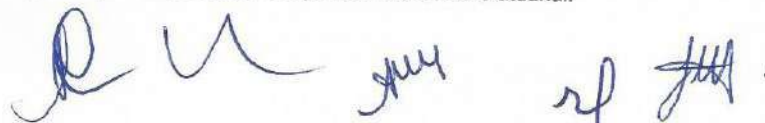
A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei n° Lei Municipal n° 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://stc.ce.te.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 99-11687-57-d3-407b-946-1087046-87

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02276/2017)



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Assinam este termo na condição de interveniente-garante e responsável solidário pelos débitos ora confessados o representante legal acima qualificado.

Canhotinho - PE / 11/09/2017

Salette Maria da Silva
Secretária de Saúde
Portaria. Gab. 093/2017

Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho

Salette Maria da Silva

Zeneide Porto de Oliveira
Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Zeneide Porto de Oliveira

INTERVENIENTE-GARANTE:

Prefeitura Municipal de Canhotinho - 10.132.777/0001-63

Felipe Porto de Barros Wanderley

Felipe Porto de Barros Wanderley

Prefeito

CPF: 073.956.324-60

Testemunhas:

Rubens Lucas Ribeiro

Rubens Lucas Ribeiro

Supervisor Escola

CPF: 112.721.714-34

RG: 1298092

Janele Martins de Lima

Janele Martins de Lima

Diretora de Programa e Projeto Especiais

CPF: 043.094.184-65

RG: 6426917

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Assinatura: https://brasil.gov.br/epm/validar/99c11b87-5d13-407b-9aa0-46f68704b3f7




DECLARAÇÃO

Felipe Porto de Barros Wanderley, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02276/2017, firmado entre o/a Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho e o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho em 11/09/2017, foi publicado em ____/____/____ no

- () mural
- () jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____
- () Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Canhotinho, ____/____/____


Felipe Porto de Barros Wanderley
Prefeito

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://stece.tec.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 99c11b87-57d3-407b-9aac-46fa8704b3f7





DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.132.777/0001-63	Número do acordo: 02276/2017	Data de consolidação do Termo: 11/09/2017
Ente: Prefeitura Municipal de Canhotinho / PE		Data de assinatura do Termo: 11/09/2017
Título: Termo de acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários - Fundo Previdenciario - FMS		Data de vencimento da 1ª: 10/10/2017
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017		

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal (200 meses)

Competência: Inicial: 02/2015 Final: 03/2017 Quantidade de Parcelas: 200

Diferença apurada: 452.712,07 Diferença apurada atualizada: 576.750,25

Valor da parcela na data de consolidação: 2.883,75

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA	Taxa de juros: 1,00 am	Tipo de juros: Simples	Multa: 2,00 %
--------------	------------------------	------------------------	---------------

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 am	Tipo de juros: Simples
--------------	------------------------	------------------------

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA	Taxa de juros: 1,00 am	Tipo de juros: Simples	Multa: 2,00 %
--------------	------------------------	------------------------	---------------



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
02/2015	13.521,76	1,22	16,65	2.251,37	30,00	4.731,94	270,44	20.775,51
03/2015	16.513,31	1,32	15,13	2.498,46	29,00	5.513,41	330,27	24.855,45
04/2015	16.446,41	0,71	14,32	2.355,13	28,00	5.264,43	328,93	24.394,90
05/2015	15.998,80	0,74	13,48	2.156,64	27,00	4.901,97	319,98	23.377,39
06/2015	15.658,25	0,79	12,59	1.971,37	26,00	4.583,70	313,17	22.526,49
07/2015	16.152,29	0,62	11,90	1.922,12	25,00	4.518,60	323,05	22.916,06
08/2015	16.298,11	0,22	11,65	1.898,73	24,00	4.367,24	325,96	22.890,04
09/2015	16.369,63	0,54	11,05	1.808,84	23,00	4.181,05	327,39	22.686,91
10/2015	16.123,21	0,82	10,15	1.636,51	22,00	3.907,14	322,46	21.989,32
11/2015	16.001,59	1,01	9,05	1.448,14	21,00	3.664,44	320,03	21.434,20
12/2015	16.662,33	0,96	8,01	1.334,65	20,00	3.599,40	333,25	21.929,63
13/2015	16.731,64		8,01	1.340,20	20,00	3.614,37	334,63	22.020,84
01/2016	17.352,43	1,27	6,66	1.155,67	19,00	3.516,54	347,05	22.371,69
02/2016	17.280,97	0,90	5,70	985,02	18,00	3.287,88	345,62	21.899,49
03/2016	16.469,77	0,43	5,25	864,66	17,00	2.946,85	329,40	20.610,68
04/2016	15.948,12	0,61	4,61	735,21	16,00	2.669,33	318,96	19.671,62
05/2016	15.762,01	0,78	3,80	598,96	15,00	2.454,15	315,24	19.130,36
06/2016	15.859,19	0,35	3,44	545,56	14,00	2.296,67	317,18	19.018,60
07/2016	16.179,21	0,52	2,91	470,82	13,00	2.164,50	323,58	19.138,11
08/2016	16.203,48	0,44	2,46	398,61	12,00	1.992,25	324,07	18.918,41
09/2016	14.746,03	0,08	2,37	349,48	11,00	1.660,51	294,92	17.050,94

Handwritten mark

Handwritten signature



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA

Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 99c11b87-57d3-407b-9aac-46fa8704b3f7



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

10/2016	15.557,41	0,26	2,11	328,26	10,00	1.588,57	311,15	17.785,39
11/2016	17.494,68	0,18	1,92	335,90	9,00	1.604,75	349,89	19.785,22
12/2016	15.425,02	0,30	1,62	249,89	8,00	1.253,99	308,50	17.237,40
13/2016	16.504,39		1,62	267,37	8,00	1.341,74	330,09	18.443,59
01/2017	16.322,97	0,38	1,24	202,40	7,00	1.156,78	326,46	18.008,61
02/2017	16.453,06	0,33	0,90	148,08	6,00	996,07	329,06	17.926,27
03/2017	16.676,00	0,25	0,65	108,39	5,00	839,22	333,52	17.957,13
TOTAL:	452.712,07			30.366,44		84.617,49	9.054,25	576.750,25



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Canhotinho / PE - 10.132.777/0001-63
Representante Legal: 073.956.324-60 - Felipe Porto de Barros Wanderley

Data: / /

Assinatura:

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência do Município de Canhotinho - 06.035.005/0001-36
Representante Legal: 462.210.504-72 - Zeneide Porto de Oliveira

Data: / /

Assinatura:

TESTEMUNHAS:

Nome: Rubens Lucas Ribeiro
Cargo: Supervisor Escola
CPF: 112.721.714-34

Nome: Janiele Martins de Lima
Cargo: Diretora de Programa e Projeto Especiais
CPF: 043.094.184-65

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02277/2017)**



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 99c11b82-57d3-407b-9418-70418517

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Canhotinho/PE	CNPJ:	10.132.777/0001-60
Endereço:	Rua Dr. Afonso Pena, 228	CEP:	55420-000
Bairro:	Centro	Fax:	(087) 3781-1144
Telefone:	(087) 3781-1144		
E-mail:	prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br		
Representante legal:	Felipe Porto de Barros Wanderley		
CPF:	073.956.324-60		
Cargo:	Prefeito	Complemento:	Prefeito
E-mail:	prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br	Data início da gestão:	01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdência do Município de Canhotinho	CNPJ:	06.035.005/0001-36
Endereço:	Rua Afonso Pena	CEP:	55420-000
Bairro:	Centro	Fax:	(087) 3781-1863
Telefone:	(087) 3781-1863		
E-mail:	prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br		
Representante legal:	Zeneide Porto de Oliveira		
CPF:	462.210.504-72		
Cargo:	Presidente	Complemento:	Diretora Presidente
E-mail:	zeneide.porto@hotmail.com	Data início da gestão:	02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência do Município de Canhotinho é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Canhotinho da quantia de R\$ 320.514,72 (trezentos e vinte mil e quinhentos e quatorze reais e setenta e dois centavos), correspondentes aos valores de Contribuição dos Segurados (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2014 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Canhotinho confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 320.514,72 (trezentos e vinte mil e quinhentos e quatorze reais e setenta e dois centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.602,57 (hum mil e seiscentos e dois reais e cinquenta e sete centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 1.602,57 (hum mil e seiscentos e dois reais e cinquenta e sete centavos), vencerá em 10/10/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº Lei Municipal nº 1.630/2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02277/2017)



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, haverá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017 por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Canhotinho - PE / 10/09/2017

Prefeitura Municipal de Canhotinho

Felipe Porto de Barros Wanderley

Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Zeneide Porto de Oliveira

Testemunhas:

Rubens Lucas Ribeiro

Supervisor Escola
CPF: 112.721.714-34
RG: 1298092

Janiele Martins de Lima

Diretora de Programa e Projeto Especiais
CPF: 043.094.184-65
RG: 6426917

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Assinatura: https://eccc.cepe.gov.br/validador/validador.asp?codigo_documento: 99c11b87-57d3407b-9aac-46fa8704b3f7

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02277/2017)



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <http://stc.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 99c11b87-57d3-407b-9aac-46fa8704b3f7


DECLARAÇÃO

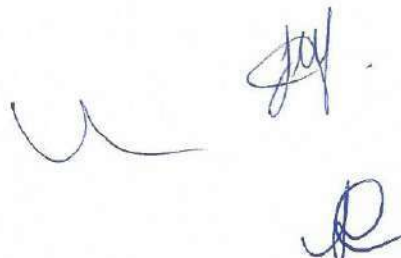
Felipe Porto de Barros Wanderley, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02277/2017, firmado entre o/a Canhotinho e o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho em 10/09/2017, foi publicado em _____/_____/_____, no _____/_____/_____.

- () mural
- () jornal _____ - Edição nº _____, de _____/_____/_____
- () Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de _____/_____/_____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Canhotinho, _____/_____/_____


Felipe Porto de Barros Wanderley
Prefeito





DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.132.777/0001-63	Número do acordo: 02277/2017	Data de consolidação do Termo: 10/09/2017
Ente: Prefeitura Municipal de Canhotinho / PE		Data de assinatura do Termo: 10/09/2017
Título: Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários - Fundo Previdenciario - PM		Data de vencimento da 1ª: 10/10/2017
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017		

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição dos Segurados (200 meses)

Competência: Inicial: 01/2014 Final: 03/2017 Quantidade de Parcelas: 200

Diferença apurada: 231.582,41 Diferença apurada atualizada: 320.514,72

Valor da parcela na data de consolidação: 1.602,57

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
01/2014	5.712,85	0,55	26,50	1.513,91	43,00	3.107,51	114,26	10.448,53
02/2014	5.215,10	0,69	25,64	1.337,15	42,00	2.751,95	104,30	9.408,50
03/2014	5.184,57	0,92	24,49	1.269,70	41,00	2.646,25	103,69	9.204,21
04/2014	0,00	0,67	23,66	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00
05/2014	5.240,32	0,46	23,10	1.210,51	39,00	2.515,82	104,81	9.071,46
06/2014	5.221,74	0,40	22,60	1.180,11	38,00	2.432,70	104,43	8.938,98
07/2014	0,00	0,01	22,59	0,00	37,00	0,00	0,00	0,00
08/2014	5.089,00	0,25	22,29	1.134,34	36,00	2.240,40	101,78	8.565,52
09/2014	5.131,48	0,57	21,59	1.107,89	35,00	2.183,78	102,63	8.525,78
10/2014	5.163,33	0,42	21,09	1.088,95	34,00	2.125,78	103,27	8.481,33
11/2014	4.972,19	0,51	20,47	1.017,81	33,00	1.976,70	99,44	8.066,14
12/2014	4.990,78	0,78	19,54	975,20	32,00	1.909,11	99,82	7.974,91
13/2014	5.308,01		19,54	1.037,19	32,00	2.030,46	106,16	8.481,82
01/2015	5.835,63	1,24	18,07	1.054,50	31,00	2.135,94	116,71	9.142,78
02/2015	5.691,17	1,22	16,65	947,58	30,00	1.991,63	113,82	8.744,20
03/2015	5.662,28	1,32	15,13	856,70	29,00	1.890,50	113,25	8.522,73
04/2015	5.618,94	0,71	14,32	804,63	28,00	1.798,60	112,38	8.334,55
05/2015	5.673,83	0,74	13,48	764,83	27,00	1.738,44	113,48	8.290,58
06/2015	5.769,19	0,79	12,59	726,34	26,00	1.688,84	115,38	8.299,75
07/2015	5.918,17	0,62	11,90	704,26	25,00	1.655,61	118,36	8.396,40
08/2015	5.871,94	0,22	11,65	684,08	24,00	1.573,44	117,44	8.246,90



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA

Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 99c11b87-57d3-407b-9aac-46fa8704b3f7



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

09/2015	5.851,71	0,54	11,05	646,61	23,00	1.494,61	117,03	8.109,96
10/2015	5.785,26	0,82	10,15	587,20	22,00	1.401,94	115,71	7.890,11
11/2015	5.675,46	1,01	9,05	513,63	21,00	1.299,71	113,51	7.602,31
12/2015	5.617,67	0,96	8,01	449,98	20,00	1.213,53	112,35	7.393,53
13/2015	6.073,59		8,01	486,49	20,00	1.312,02	121,47	7.993,57
01/2016	6.321,92	1,27	6,66	421,04	19,00	1.281,16	126,44	8.150,56
02/2016	6.321,92	0,90	5,70	360,35	18,00	1.202,81	126,44	8.011,52
03/2016	6.328,59	0,43	5,25	332,25	17,00	1.132,34	126,57	7.919,75
04/2016	6.299,33	0,61	4,61	290,40	16,00	1.054,36	125,99	7.770,08
05/2016	6.296,11	0,78	3,80	239,25	15,00	980,30	125,92	7.641,58
06/2016	6.273,52	0,35	3,44	215,81	14,00	908,51	125,47	7.523,31
07/2016	6.215,44	0,52	2,91	180,87	13,00	831,52	124,31	7.352,14
08/2016	6.099,28	0,44	2,46	150,04	12,00	749,92	121,99	7.121,23
09/2016	6.112,19	0,08	2,37	144,86	11,00	688,28	122,24	7.067,57
10/2016	6.031,52	0,26	2,11	127,27	10,00	615,88	120,63	6.895,30
11/2016	6.031,52	0,18	1,92	115,81	9,00	553,26	120,63	6.821,22
12/2016	6.219,11	0,30	1,62	100,75	8,00	505,59	124,38	6.949,83
13/2016	6.128,32		1,62	99,28	8,00	498,21	122,57	6.848,38
01/2017	6.370,78	0,38	1,24	79,00	7,00	451,48	127,42	7.028,68
02/2017	6.181,71	0,33	0,90	55,64	6,00	374,24	123,63	6.735,22
03/2017	6.076,94	0,25	0,65	39,50	5,00	305,82	121,54	6.543,80
TOTAL:	231.582,41			25.051,71		59.248,95	4.631,65	320.514,72

Handwritten signature and initials



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA

Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 99c11b87-57d3-407b-9aac-46fa8704b3f7



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Canhotinho / PE - 10.132.777/0001-63

Representante Legal: 073.956.324-60 - Felipe Porto de Barros Wanderley

Data: _/ _/ _

Assinatura:

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência do Município de Canhotinho - 06.035.005/0001-36

Representante Legal: 462.210.504-72 - Zeneide Porto de Oliveira

Data: _/ _/ _

Assinatura:

TESTEMUNHAS:

Nome: Rubens Lucas Ribeiro

Cargo: Supervisor Escola

CPF: 112.721.714-34

Nome: Janiele Martins de Lima

Cargo: Diretora de Programa e Projeto Especias

CPF: 043.094.184-65

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 02278/2017)**



DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho
Endereço: PC Clóvis Vidal
Bairro: Centro
Telefone: (87) 3781-1144
E-mail: salete.te.s@hotmail.com
Representante legal: Salete Maria da Silva
CPF: 044.432.114-46
Cargo: Secretária de Saúde
E-mail: salete.te.s@hotmail.com

CNPJ: 09.154.486/0001-97
CEP: 55.420-000
Fax:

Complemento:
Data início da gestão: 01/06/2016

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Endereço: Rua Afonso Pena
Bairro: Centro
Telefone: (087) 3781-1863
E-mail: prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br
Representante legal: Zeneide Porto de Oliveira
CPF: 462.210.504-72
Cargo: Presidente
E-mail: zeneide.porto@hotmail.com

CNPJ: 06.035.005/0001-3
CEP: 55420-000
Fax: (087) 3781-1863

Complemento: Diretora Presidente
Data início da gestão: 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei n° Lei Municipal n° 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência do Município de Canhotinho é CREDOR junto ao DEVEDOR Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho da quantia de R\$ 409.238,29 (quatrocentos e nove mil e duzentos e trinta e oito reais e vinte e nove centavos), correspondentes aos valores de Contribuição dos Segurados (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 02/2015 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 409.238,29 (quatrocentos e nove mil e duzentos e trinta e oito reais e vinte e nove centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 2.046,19 (dois mil e quarenta e seis reais e dezenove centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 2.046,19 (dois mil e quarenta e seis reais e dezenove centavos), vencerá em 10/10/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei n° Lei Municipal n° 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://stc.ce.tec.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 9901187-57d3-470-0908-4618-704b370

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 02278/2017)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá a atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) meses consecutivos ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017 por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em nova transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Assinam este termo na condição de interveniente-garante e responsável solidário pelos débitos ora confessados o representante legal qualificado.

Canhotinho - PE / 11/09/2017

Salete Maria da Silva
Secretária de Saúde
Portaria. Gas. 083/2017

Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho

Salete Maria da Silva

Zeneide Porto de Oliveira
Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Zeneide Porto de Oliveira

INTERVENIENTE-GARANTE:

Prefeitura Municipal de Canhotinho - 10.132.777/0001-63

Felipe Porto de Barros Wanderley

Prefeito

CPF: 073.956.324-60

Testemunhas:

Rubens Lucas Ribeiro

Supervisor Escola

CPF: 112.721.714-34

RG: 1298092

Janiele Martins de Lima

Diretora de Programa e Projeto Especiais

CPF: 043.094.184-65

RG: 6426917

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Assinatura: https://stc.ce.br/soa/validarDocumento.aspx?CodigoDoDocumento: 99c11b87-57d3-407b-9aac-468704b3f7

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02278/2017)



DECLARAÇÃO

Felipe Porto de Barros Wanderley, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02278/2017, firmado entre o/a Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho e o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho em 11/09/2017, foi publicado em ____/____/____ no

- () mural
- () jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____
- () Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Canhotinho, ____/____/____


Felipe Porto de Barros Wanderley
Prefeito



Documento assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 99c11b87-57d3-407b-9aac-46fa8704b3f7



